



Senado estuda normas rígidas para concessões de rádio e TV

Ana Volpe/Senado Federal



Walter Pinheiro (E) coordenou grupo de trabalho que apresentou sugestões à CCT, presidida por Eduardo Braga (D)

Grupo de trabalho da CCT propõe mudança nos métodos de análise e votação dos pedidos de abertura de novas emissoras

Sem a comprovação de capacidade técnica e viabilidade financeira, concessões públicas para o funcionamento de novas emissoras de rádio e TV não serão mais aprovadas pelo Senado. É o que propõe relatório de um grupo de trabalho

aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. As várias medidas sugeridas, que ainda serão votadas pelo Plenário, devem restringir muito a possibilidade de que "laranjas" sejam utilizados para encobrir os verdadeiros interessados nas concessões. **5**

Tombini reafirma: BC está atento ao fluxo de dólares

Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, debateu

ontem com senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Genildo Mangela/Senado Federal



Alexandre Tombini (E), ao lado de senadores: vigilância sobre dólares

J. Freitas/Senado Federal



Representantes dos povos indígenas e acadêmicos foram ouvidos ontem na CDH, em debate sobre a construção da hidrelétrica

Especialistas fazem alerta sobre Belo Monte

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA) terá impactos sociais e ambientais muito maiores do que os oficialmente estimados, alertaram on-

tem especialistas, em debate na CDH. As restrições à obra foram feitas por um grupo de 40 professores de diversas áreas científicas. **7**

Aprovados embaixadores para Gana e Geórgia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem as indicações presidenciais de dois diplomatas e ratificou dois tratados internacionais. **4**

Waldemir Barreto/Senado Federal



José Sarney discursa na sessão de homenagem aos 185 anos do Senado: defesa do papel e da tradição da Casa parlamentar

Aos 185 anos, Senado reafirma importância

Em uma sessão de homenagem ao 185º aniversário do Senado, o presidente José Sarney e outros

senadores destacaram a trajetória democrática da Casa e a sua importância na unidade nacional. **8**

Aposentadoria para pessoas com deficiência já tem acordo

Projeto que assegura aposentadoria especial às pessoas com deficiência tem todas as condições de ser aprovado, disse o relator na CAE, Lindbergh Farias. **6**

Eunício garante decisão sobre rito das MPs na quarta-feira **2**

Marinor exalta decisão do STF sobre união homoafetiva **6**

Presidente da CCJ assegura que PEC é prioridade e condena emendas que desvirtuam medidas provisórias

Eunício garante decisão sobre rito das MPs na quarta

APESAR DOS ADIAMENTOS, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, do senador José Sarney (PMDB-AP), que altera o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) tem sido tratada como prioridade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse ontem o presidente do colegiado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele reafirmou que a proposta será votada na reunião da próxima quarta-feira.

– Eu antecipei, atropeliei vários projetos relevantes porque acho que é importante que a PEC seja aprovada para evitar o que aconteceu ontem [quarta-feira]. Estamos recebendo medidas provisórias como rece-

bemos ontem, cheias de “cacos” – disse Eunício Oliveira, referindo-se ao episódio em que senadores da oposição deixaram o Plenário antes da votação do PLV 9/11, em protesto contra os “penduricalhos” incluídos no texto.

A votação da PEC foi adiada pela terceira vez desde a apresentação do relatório de Aécio Neves (PSDB-MG). Na reunião desta quarta, o senador José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado à matéria, propondo a aprovação do texto original da PEC – rejeitando, portanto, o substitutivo do relator.

O presidente da CCJ atribui os adiamentos à necessidade de debater a matéria.

PEC dará mais tempo para análise, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a criticar a demora na aprovação da PEC 11/11, de sua autoria. Ele afirmou ontem que, se estivesse em vigor, poderiam ser evitados problemas como o ocorrido na quarta-feira (veja matéria acima).

Para Sarney, a discussão sobre a inclusão de “penduricalhos” é muito complexa, mas o proble-

ma seria atenuado se o prazo para exame no Senado fosse definido.

– No momento, o que nós necessitamos é que o Senado possa examinar as MPs com mais profundidade para evitar o que nós tivemos na Casa.

Atualmente, o Congresso tem 120 dias para votar a medida provisória, mas a Constituição não estabelece um prazo má-



Parceiros na construção da hidrelétrica de Itaipu, Brasil e Paraguai assinaram acordo para o uso da energia produzida que o país vizinho não utiliza

Adiada para terça votação de reajuste no Tratado de Itaipu

Foi adiada ontem para a terça-feira a votação do Projeto de Decreto Legislativo 115/11, que revisa o Tratado de Itaipu, elevando a quantia paga pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia da hidrelétrica. Apesar de a matéria tramitar em regime de urgência, um acordo de lideranças passou a votação para a próxima semana, diante do baixo quórum.

O alerta foi dado pelo senador Itamar Franco (PPS-MG), que pediu verificação de quó-

rum antes da votação da proposta. O presidente José Sarney concordou com o adiamento, já acertado por líderes partidários, mas reclamou da falta de comunicação entre os líderes e a Mesa do Senado.

O PDL115/11 reajusta o valor pago pelo Brasil pelo excedente da energia de Itaipu que o país compra do Paraguai – que usa apenas 5% da energia a que tem direito. O valor anual passará de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões.

Plenário aprova criação de 4 varas para TRT do Ceará

O Plenário aprovou, em votação simbólica ontem, a criação de seis varas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região (Ceará). O PLC 3/11 prevê quatro varas em Fortaleza, uma em Maracanaú e uma em Canindé, cria 12 cargos de juiz do Trabalho e estabelece que as despesas serão custeadas com o orçamento do órgão.

Na justificativa do projeto, o Executivo diz que há necessidade de ampliar a estrutura do TRT da 7ª Região, onde há um volume crescente de processos, a exemplo de outros tribunais.

Sancionada lei que altera Código de Processo Penal

Em 60 dias, o país terá novas regras de processo penal, de acordo com a Lei 12.403/11, sancionada na quarta-feira pela presidente Dilma Rousseff.

A nova lei modifica vários pontos do Código de Processo Penal (Lei 3.689/41).

No ano passado, o Senado também aprovou uma ampla reforma do CPP (PLS 156/09), fruto do trabalho de uma comissão externa de juristas e de uma comissão de senadores designada pela Presidência da Casa. A proposta tramita agora na Câmara.

MP é expressão do “jeitinho brasileiro”, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que o instituto da medida provisória (MP) é uma “expressão do jeitinho brasileiro” utilizada no processo legislativo para driblar a morosidade de tramitação de propostas que deveriam estar contidas em projetos de lei do Poder Executivo.

A senadora ressaltou que o instrumento vem sendo usado desde a sua criação, pela Constituição de 1988, tendo sido editadas desde então 1.076 MPs, o que representa o envio mensal médio de 4,2 medidas provisórias ao Congresso Nacional. O governo Dilma Rousseff editou 11 MPs até agora, lembrou.

Ana Amélia ressaltou que a edição excessiva de MPs – cuja adoção, afirmou, foi pensada para a eventualidade de um regime parlamentarista, em vista do momento histórico vivido pelo Brasil em 1988 – gera uma série de distorções, atrapalha o funcionamento do Congresso e deturpa a sua principal prerrogativa, que é a de legislar, a qual passa a ser desempenhada pelo Poder Executivo.

Senadora alerta para dívidas de produtores

A senadora Ana Amélia (PP-RS), em discurso na quarta-feira, chamou a atenção para a situação do endividamento dos agricultores familiares, em seu estado e em todo o Brasil. Segundo dados mencionados pela parlamentar, o valor global das dívidas vencidas e por vencer desses agricultores é de R\$ 30 bilhões, um valor pequeno se comparado com o que a atividade representa para a economia brasileira.

Segundo Ana Amélia, o governo só se preocupa com o eleitor e o consumidor e não dá o suporte necessário a quem produz alimentos, a exemplo do que ocorre com os países desenvolvidos.

Jane Araújo/Senado Federal



O presidente do Senado, José Sarney, disse na manhã de ontem, durante o **workshop** internacional do PMDB sobre estratégias de comunicação política, que os partidos precisam se adequar aos novos tempos das tecnologias de comunicação e informação.

Para Sarney, as instâncias políticas precisam buscar diariamente o contato com a população por meio das novas ferramentas de comunicação, de forma a legitimar a representatividade conquistada por meio do voto. – É preciso estabelecer instrumentos pelos quais se possa renovar a legitimidade dada pelo povo – disse.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos de senadores

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CRA Regulação do álcool combustível

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a produção e o fornecimento de etanol e a MP 532/11, que deixa clara a função de etanol como combustível e dá à Agência Nacional do Petróleo poder de regular a produção, o comércio e a estocagem do produto e de outros biocombustíveis.

Palestra Projeto Conversando Tecnologia

10h O Prodasen debate o tema “Correio eletrônico – melhores práticas na utilização”, no auditório do ILB. O evento faz parte do projeto Conversando Tecnologia.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Para garantir permanência dos recursos no país, governo subiu IOF para 6%, no caso de transações com prazo inferior a dois anos, diz Tombini em audiência

BC está atento a risco de captação direta no exterior



Na audiência pública conjunta, presidente do BC, Alexandre Tombini (E); Vital do Rêgo, deputado Carlos Brandão, Rodrigo Rollemberg e Delcídio Amaral

O FLUXO DE recursos externos para o país desde o início do ano alcançou US\$ 54 bilhões, informou ontem o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiência pública no Congresso. Ele destacou a atenção que a instituição está tendo com o fato de essas entradas envolverem forte movimento de captações diretas de empresas e de bancos, responsáveis por ingressos estimados em torno de US\$ 30 bilhões.

De acordo com Tombini, esses influxos cresceram muito em volume e em grande velocidade, trazendo com isso a preocupação de que possam gerar impactos inflacionários devido ao aumento da liquidez, além de riscos potenciais à estabilidade financeira. Como lembrou, durante todo o ano de 2010, as captações de empresas e bancos acumularam apenas US\$ 14 bilhões e, em 2009, o saldo foi negativo.

– Isso mostra a força desses ingressos no início do ano, quando comparado aos anos anteriores – explicou.

Como reação ao movimento de ingresso desses recursos, ele citou o aumento anunciado pelo governo no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que passou, no início de abril, para 6% sobre as transações com prazo inferior a dois anos, para a permanência dos recursos no país.

– No dia em que as políticas lá fora reverterem e esses fluxos saírem do país, eles podem gerar potencial risco à estabilidade. É disso que estamos tratando, de mitigar esses riscos – salientou.

Declínio

Tombini observou que, por conta dos efeitos da taxa maior do IOF, as captações diretas começam a declinar. Segundo ele, a queda desses fluxos vai permitir a redução do que chamou de vazamento da política monetária. Ele se referia aos meios de escape utilizados por bancos e empresas para compensar medidas prudenciais já adotadas para reduzir a liquidez e conter a inflação.

– Ou seja, apertamos as condições aqui e bancos e empresas vão buscar dinheiro lá fora, supostamente mais, na presunção de que não há risco cambial, quando na verdade há – avaliou.

A audiência foi promovida em conjunto por comissões técnicas do Senado e da Câmara dos Deputados. Pelo Senado, participaram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Integrantes da Comissão Mista de Orçamentos Público (CMO), onde as atividades aconteceram, também participaram do debate.

A reunião atendeu a exigência pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de prestação de contas semestrais pelo BC ao Congresso Nacional.

A entrada de capitais no Brasil nos primeiros meses de 2011, de US\$ 54,5 bilhões, superou o volume de todo o ano passado (US\$ 36,5 bilhões), o que levou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) a perguntar a Alexandre

Tombini se “o BC não levou um drible”. Enquanto o Banco Central enxugava o mercado com o compulsório sobre depósitos a vista e a prazo, bancos e empresas realimentavam a liquidez do mercado com dinheiro captado

no exterior.

Tombini disse que, na verdade, o país continua atraente aos investidores internacionais, tanto que grande parte do fluxo de capitais é composta de investimentos diretos, de longo prazo,

que totalizaram US\$ 23 bilhões nos primeiros meses de 2011. Políticas adotadas por países desenvolvidos que tentam sair da crise, de acordo com o presidente do BC, também fizeram o dinheiro migrar para o Brasil.

Lindbergh questiona atuação no controle da entrada de dólares

Para Tombini, inflação está em declínio

Alexandre Tombini atribuiu a atual pressão inflacionária brasileira especialmente ao comportamento das commodities agrícolas e, no lado interno, à evolução dos preços dos serviços. De acordo com a pesquisa Focus do BC, a expectativa do mercado é de que a inflação acumulada no ano chegue a 6,37%, quase batendo no teto superior da banda de variação, de 6,5%. O presidente do BC lembrou, no entanto, que a previsão cai para 5% para o ano que vem, num declínio que revela maior convergência para o centro da meta de 4,5%.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), perguntou como conciliar o combate à inflação e a necessidade de o país continuar crescendo.

O presidente do BC respondeu que todas as ações do governo são coerentes com a continuidade dessa estratégia. Segundo ele, não dá para crescer com inflação descontrolada, nem para manter a inflação baixa numa economia estagnada. Ele disse que todas as projeções indicam a continuidade do crescimento em 2011 e nos próximos anos a uma taxa média de 5,5%.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) ressaltou a coesão da equipe econômica, “que tem um tripé de ação: controle da inflação, desenvolvimento e distribuição da renda”. Ela disse que, além de fazer a inflação convergir para o centro da meta e de trabalhar para estancar o intenso fluxo de capitais para o país, o Banco Central enfrenta outro desafio: controlar as expectativas.

Objetivo é retornar ao patamar anual de 4,5%

Para o senador Lindbergh Farias, existe uma diferença de enfoque no combate à inflação dentro do governo: enquanto o relatório trimestral da inflação, do Banco Central, enfatiza a importância de medidas macroprudenciais, como o compulsório sobre depósitos, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de abril, menciona a necessidade de ajuste mais prolongado da taxa básica de juros, a Selic.

O presidente da CAE, Delcídio Amaral (PT-MS), perguntou se os juros haviam “voltado à ribalta”, mas Tombini ressaltou que “nada mudou”.

– Esta não é uma corrida de cem metros: o objetivo é fazer a inflação de 12 meses voltar a 4,5% – esclareceu.

Ferraço destaca benefícios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) registrou os 11 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). De acordo com ele, a lei mudou a mentalidade na gestão das contas públicas no Brasil e garantiu uma administração mais transparente e equilibrada.

– É a lei que tem impedido, ao longo de todos esses anos, que os governantes façam dívidas que não podem ser pagas. É ela que garante a governabilidade de estados e municípios. Porque, se muitos entes federados estão



Ricardo Ferraço

hoje numa situação difícil, sem a lei essa situação poderia ser catastrófica – disse.

Dos aprimoramentos criados pela lei na administração pública, Ferraço citou o estabelecimento de limites para a gestão de receitas e despesas públicas; a definição de punições e correção de desvios do administrador responsável; a necessidade de previsão orçamentária; a definição de um limite de gastos com funcionalismo; e a imposição de um teto para a dívida de estados e municípios.

Eduardo Amorim exalta solidez e credibilidade do Banese

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ressaltou em discurso a importância do Banco do Estado de Sergipe (Banese), por sua história de 50 anos como instrumento de desenvolvimento econômico no estado.

Ele lembrou que o Banese é um dos seis bancos estaduais existentes e exerce papel importante para a economia sergipana.

– O Banese está consolidado no mercado sergipano e nacional como uma instituição financeira abalizada por sua credibilidade,



Eduardo Amorim

de solidez e pelos resultados expressivos que têm sido alcançados a cada exercício financeiro, o que o qualifica como um dos bancos mais sólidos do país – afirmou.

Amorim lembrou a trajetória da entidade desde 1961,

destacando o enfrentamento da “difícil fase” que os bancos em geral enfrentaram após a estabilização da moeda, em 1994, que foram superadas pelo Banese por meio de expressivo investimento em recursos humanos e tecnologia.

Irene Vida Gala afirma que países africanos experimentam um “avanço positivo” e que Gana já realizou cinco eleições democráticas desde 1992. Asfora diz que muitas oportunidades podem ser abertas para o Brasil na relação com a Geórgia

Indicações de embaixadores em Gana e na Geórgia passam na CRE

AS MENSAGENS PRESIDENCIAIS de indicação dos novos embaixadores em Gana e na Geórgia, Irene Vida Gala e Carlos Alberto Lopes Asfora, foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e vão agora ao Plenário. Os dois indicados destacaram o amplo potencial das relações bilaterais e o apoio dos dois países ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) declarou voto contrário às duas indicações. Ele afirmou considerar “desnecessária” a menção feita por Irene à posição do PT e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de apoio a uma maior aproximação do Brasil com os países africanos. E disse ser contrário à abertura de novas embaixadas pelo governo brasileiro em países como a Geórgia.

– Se for para mencionar ex-presidentes que buscaram aproximação com a África, teríamos que mencionar até o ex-presidente Geisel. Trata-se de um viés ideológico desnecessário – afirmou Demóstenes.

Em seguida, três senadores declararam seu apoio às indicações presidenciais. João Pedro (PT-AM) observou que Irene havia feito apenas uma “menção histórica” a Lula, que não tinha “nada de ideológica”. Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, ressaltou o amplo conhecimento da embaixadora indicada em relação à África. E Anibal Diniz (PT-AC) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelas “escolhas acertadas” dos novos embaixadores. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou

preocupação com a crescente influência chinesa na África, inclusive com a “compra de extensas áreas agrícolas”.

Avião

Na sua exposição, Irene afirmou que os países africanos experimentam um “avanço positivo” na primeira década do século 21, depois do “afropessimismo” registrado na década de 90.

A respeito de Gana, ela registrou a ocorrência de cinco eleições democráticas desde 1992, com alternância tranquila de partidos no poder. Informou ainda que Gana já se tornou o nono maior contribuinte de tropas da ONU e tem necessidade de garantir meios para transportá-las. Com essa finalidade, um dos itens da relação bilateral é a compra de um avião da Embraer.

Geórgia

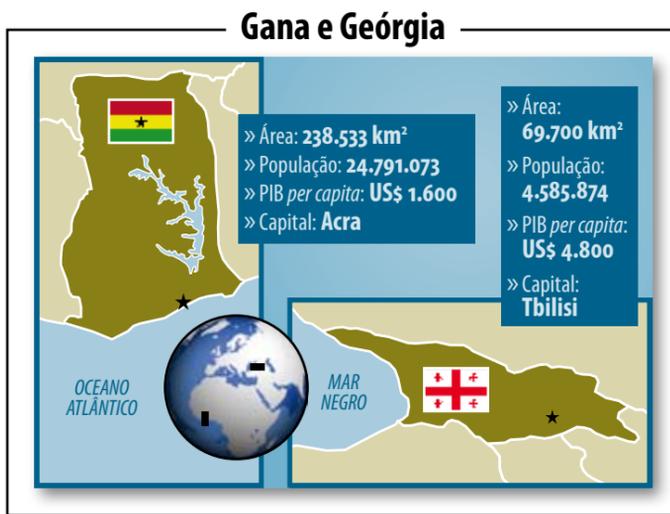
Indicado para abrir a embaixada em Tbilisi, Asfora, por sua vez, ressaltou as “muitas oportunidades” que podem ser abertas ao Brasil na relação com a Geórgia, país europeu localizado às margens do mar Negro e que integrou a antiga União Soviética.

Mais de 50% da população georgiana, informou, vivem da agricultura, porém o setor responde por apenas 10% do produto interno bruto (PIB) do país. A infraestrutura de escoamento da produção é deficiente, e o Brasil, como observou, conta com “enorme experiência na construção de portos e estradas”.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu a busca de uma parceria com a Geórgia na indústria de vinho, bastante forte naquele país.



Fernando Collor, entre Irene Gala e Carlos Alberto Asfora, preside reunião



Fonte: CIA World Factbook

Acordos internacionais são ratificados pelos senadores

A CRE aprovou também dois projetos de decreto legislativo contendo acordos internacionais. O primeiro (PDS 255/10) aprova o tratado firmado com o Panamá para transferência de pessoas condenadas ou sujeitas a regimes especiais. O segundo (PDS 75/11) aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis.

Foram ainda aprovados dois requerimentos do presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL): voto de solidariedade ao governo brasileiro por seu repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados na Síria; e convite ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para debater a situação de áreas de fronteira.

Lídice: miséria é negra, jovem e nordestina



Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) manifestou sua preocupação com os índices de extrema pobreza no Brasil e sua confiança nas medidas do governo federal para o combate dessa situação. Segundo a parlamentar, que citou estatísticas recentes, a pobreza no Brasil “é negra, é jovem e é nordestina”.

A senadora salientou que 8,5% dos brasileiros vivem na miséria, dos quais 70,8% são negros e mais da metade tem no máximo 19 anos. Ela também observou que a miséria atinge desproporcionalmente os estados do Nordeste e as áreas rurais.

Gurgacz defende investimento em educação

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que, para o Brasil crescer e se desenvolver econômica, social e culturalmente, é necessário investir em educação. Segundo disse, os recursos investidos nas escolas públicas representam grande elevação do produto interno bruto.

Ele defendeu especialmente o investimento na educação profissional de jovens e adultos, pois, em sua opinião, o retorno para o país é mais rápido. Um dos fatores para a existência de 41 milhões de brasileiros com carteira assinada, salientou Acir Gurgacz, foi o investimento em educação profissional dos últimos anos, como o Projovem Trabalhador (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). Segundo Gurgacz, o combate às drogas também é importante para a valorização da juventude.

Vital aponta caminho para reforma tributária



Vital do Rêgo

– Quem quiser, vá conhecer a realidade de um prefeito, que não consegue fechar nunca sua folha, sua relação despesa/receita, porque todos os dias recebe mais encargos – sugeriu o senador. Ele apontou alternativas para o problema como desoneração da folha de pagamento, simplificação do ITR, fortalecimento dos municípios com maior repasse da União dos impostos arrecadados e definição da alíquota do ICMS via lei complementar.

“Salvador precisa de novo sistema de transporte”

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) mostrou preocupação com as más condições do transporte público em Salvador e considerou a Copa do Mundo de 2014 uma “janela de oportunidades” para a conclusão das obras do metrô na capital baiana.

Ele classificou o sistema de ônibus da cidade como “caótico” e “abandonado”, apontando problemas como frota envelhecida, falta de conforto e segurança e tarifas relativamente elevadas. Pinheiro lamentou o grande crescimento da frota de carros particulares naquela cidade, onde há um carro para cada três habitantes.

– Enquanto o transporte individual cresce exponencialmente, o transporte coletivo é abandonado. Salvador clama por uma revolução em seu sistema de transporte – disse o senador.

Randolfe propõe criação de CPI para o Ecad

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) está recolhendo assinaturas para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) visando apurar supostas irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad).



Randolfe

A CPI vai investigar a administração dos direitos autorais e a possibilidade de existência de cartel no arbitramento de valores de direitos de artistas. Segundo o senador, a CPI não tem a ver com “qualquer intenção de extinguir o Ecad”, mas busca incentivar a transparência.

Pinheiro apoia transformação da Finep em banco

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a proposta do governo federal de transformar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em banco de fomento à inovação. A ideia foi citada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, em debate no Senado, na quarta-feira.

– Com a criação de uma nova instituição [de fomento à pesquisa] vamos contribuir para que o país possa, através do incentivo, do acompanhamento e até da captação de recursos perante a iniciativa privada, ter a oportunidade de atrair o segmento privado para fazer investimentos na área de ciência e tecnologia – disse.

Rolleberg pede mais verbas em C&T e inovação

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) ressaltou em discurso que um desenvolvimento sustentável que reafirme a soberania do país exige investimentos “significativos e regulares” em ciência, tecnologia e inovação, com foco na formação de recursos humanos e na execução de políticas públicas em setores prioritários da economia.

O senador mencionou o desafio das mudanças climáticas, que exige fortes investimentos em conhecimento e novas tecnologias, e declarou-se inconformado com a falta de um programa espacial brasileiro à altura dos países desenvolvidos. Lamentou que no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) funcionários estejam se aposentando antes de transmitir conhecimento aos jovens.

Análises dos pedidos de abertura de novas emissoras só serão aprovados se forem comprovadas a viabilidade técnica e a capacidade financeira

Sociedade pode participar e até fazer denúncias

Entre as propostas do relatório para alterar as normas em vigor, está a abertura de prazo de dez dias para o recebimento de denúncias sobre a outorga ou renovação. "Esse mecanismo permitiria que a sociedade se manifestasse sobre a atuação da emissora do ponto de vista societário, fiscal e de conteúdo", diz o texto, assinado também pelos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor do pedido para revisão das normas de outorga e renovação.

O relatório também propõe a realização de audiências públicas para examinar casos excepcionais de outorga e renovação, levando em conta fatores como "o interesse público envolvido, a abrangência do serviço prestado ou indícios que justifiquem discussão mais aprofundada".

Outra recomendação é que a CCT faça contato permanente com o Ministério das Comunicações, com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e com a Casa Civil da Presidência para avaliar "os procedimentos empregados em sua análise".

CCT aprova novas normas para concessões de rádio e televisão

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem o relatório final do grupo de trabalho que examinou as normas para outorga e renovação de concessões para emissoras de rádio e TV. Entre as medidas que serão colocadas em prática na análise dos pedidos de concessão, está a realização de estudos prévios, pelo Ministério das Comunicações, sobre a viabilidade técnica e econômica da sua exploração comercial.

Muitas das propostas do rela-

tório somente poderão entrar em vigor após a aprovação, pelo Plenário, de um projeto de resolução. No entanto, o coordenador do grupo de trabalho, senador Walter Pinheiro (PT-BA), explicou que algumas medidas, como a já citada, independem da aprovação do projeto, uma vez que já constam da legislação em vigor, apenas não são cumpridas.

Entre as medidas que podem ser imediatamente exigidas, além dos estudos prévios de viabilidade, Pinheiro citou os

percentuais mínimos da programação destinados a programas jornalísticos, educativos e culturais; e a capacidade financeira dos concessionários.

A comprovação da capacidade financeira foi considerada essencial para evitar que a concessão seja dada em nome de prepostos, os chamados "laranjas". Denúncia veiculada pelo jornal *Folha de S.Paulo* sobre a concessão de rádios a laranjas motivou a paralisação da análise de concessões e a criação do grupo de trabalho.



Diante do presidente da CCT, Eduardo Braga (D), senador Walter Pinheiro lê o relatório do grupo de trabalho coordenado por ele

Licitação em seis meses e consulta pública

O relatório traz ainda várias recomendações ao Poder Executivo, como a fixação do prazo de seis meses para a abertura do processo licitatório destinado à prestação de serviços de radiodifusão, contado a partir dos estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômica de sua exploração; e a consulta pública prévia ao processo de licitação.

Os percentuais mínimos de produção cultural, artística e jornalística regional a serem cumpridos pela emissora vencedora também devem constar do edital. Os pesos relativos dessa produção devem ser aumentados nos processos licitatórios, ao mesmo tempo em que devem ser minimizados os referentes ao prazo para início da execução do serviço e do valor da oferta a ser pago pela outorga.

O trabalho propõe ainda que os serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos só sejam concedidos a fundações privadas caso haja manifesto desinteresse do poder público.

CRA vota agrotóxico genérico na quinta

Proposta de regra para a produção de agrotóxicos genéricos deverá ser votada na próxima quinta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em decisão terminativa. O texto constava da pauta da reunião da CRA de ontem, mas não foi votado por falta de quórum.

O projeto (PLS 190/10), de autoria do então senador Heráclito Fortes, inclui na Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) o conceito de agrotóxico genérico e estabelece normas para o registro dos produtos. O texto original denominava

tais produtos de "defensivos agrícolas". No entanto, poderão ser tratados como "agrotóxicos", caso a comissão aprove emenda nesse sentido apresentada pelo relator, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Na mesma reunião, o presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), concedeu vista ao projeto (PLS 192/10) que inclui a avicultura na lista de criações e cultivos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos e à proposta (PLS 107/11) que altera índices e indicadores de produtividade rural.



Gurgacz (E) e Moka na CRA: por falta de quórum, votação dos genéricos foi adiada

Assédio estrangeiro sobre terras preocupa

Para analisar o crescente interesse de empresários estrangeiros pela compra de terras agricultáveis no Brasil, uma audiência pública será realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), informa que empresários de diversos países têm mostrado interesse em comprar terras no Brasil, com a finalidade de produzir alimentos e depois exportá-los para seus países. A prática, disse, já vem sendo adotada pela China e pelo Japão em países africanos.

A senadora relatou preocupação do

governo e da Advocacia-Geral da União (AGU) em definir normas sobre a presença de capital estrangeiro na compra de terras agrícolas. A CRA vai analisar as consequências desse processo para a economia, a segurança e o abastecimento do país.

Serão convidados, entre outros, o economista José Roberto Mendonça de Barros; o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; Fábio de Salles Meirelles Filho, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

CI aprova nome de Pedro Brito à Antaq

Segue para votação em Plenário a indicação da Presidência da República de Pedro Brito do Nascimento para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em decorrência da aposentadoria de Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa. Ontem, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sabbatinou e aprovou o candidato, de 61 anos, ex-ministro de Portos no governo Lula.

A Antaq foi criada pela Lei 10.233/01 para implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit), e ainda regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de explo-

ração da infraestrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros.

Pedro Brito falou sobre a necessidade de um sistema logístico moderno para o setor portuário, pelo qual passam, segundo informou, 95% das exportações. Entre os principais problemas dos portos apontados pelo ex-ministro, estão a questão da escala (tamanho e capacidade), da ausência de planejamento, da falta de gestão profissionalizada e descentralizada e a grande burocracia no setor.

– A burocracia nos portos brasileiros faz com que uma mercadoria demore, em média, 5,4 dias para ser liberada, quando nos demais países esse prazo é de apenas um dia, em média – explicou Pedro Brito, que contou ter visitado os principais portos mundiais.

Novas regras para tarifa social de energia elétrica serão debatidas

A CI vai debater com especialistas e representantes do governo a Tarifa Social de Energia Elétrica. A realização da audiência pública foi aprovada ontem e terá como objetivo esclarecer as novas regras de recadastramento para a continuação do recebimento do benefício.

Segundo o autor do requerimento, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a tarifa social sempre foi concedida automaticamente para pessoas de baixa renda que consumiam até 80 quilowatts-hora por mês. Com as novas regras, os usuários que não se recadastrarem até 1º de junho no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúni-

co), deixarão de receber o desconto, que significa, segundo o senador, até 60%, em alguns casos.

– Está havendo uma acomodação das empresas de energia elétrica em divulgar ao país que é necessário o cadastro para que os consumidores possam ter o direito à tarifa social – esclareceu o senador.

Serão convidados para o debate o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hübner Moreira; um representante do Departamento de Proteção do Consumidor do Ministério da Justiça e outro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Após conversar com ministro da Previdência e setores envolvidos, Lindbergh espera breve aprovação da aposentadoria especial para pessoas com deficiência. Fatores socioambientais poderão ser considerados para caracterizar beneficiados

Critério da OMS sobre deficiência deve ser adotado na concessão de benefícios

O PROJETO QUE garante aposentadoria especial às pessoas com deficiência vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social tem condições para ser aprovado no Senado, disse Lindbergh Farias (PT-RJ) durante a discussão da proposta (PLC 40/10) na Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Lindbergh, que é presidente da subcomissão e relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse que já conversou com os segmentos envolvidos e com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e que espera uma breve aprovação no Senado.

O PLC 40/10 já foi aprovado na Câmara, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na CAS. Autor da proposta, o ex-deputado Leonardo Mattos disse estar

preocupado quanto à indefinição das categorias de pessoas com deficiência. A diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social, Maria

José de Freitas, ressaltou que o critério para concessão de benefícios é o sugerido pela Organização Mundial da Saúde, que incorpora fatores socioambientais para caracterizar as

pessoas com deficiência. Para a subprocuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel, as regras devem levar à reabilitação da saúde, acesso a próteses e habilitação ao trabalho.



Gerônimo Magalhães/Senado Federal

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência debate benefício de prestação continuada, pensão por morte e projeto sobre aposentadoria especial



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo destaca atuação das parteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou ontem a comemoração do Dia Internacional das Parteiras, ressaltando a importância das profissionais e leigas que auxiliam no trabalho de parto. O senador, que é médico obstetra, elogiou o estímulo que vem sendo dado pelo Ministério da Saúde, com o treinamento profissional e inclusão das parteiras no Programa Saúde da Família.

– Com relação ao trabalho das parteiras, talvez os estudos feitos até agora não sejam o principal aliado delas, mas, sem dúvida, as técnicas, a coragem, a ousadia, a precisão e a exortação fazem parte dessas mulheres que há séculos contribuem com o ato de dar à luz – disse o parlamentar.

Senador denuncia situação da saúde na Paraíba

Citando reportagens de emissoras de TV, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) disse na quarta-feira que a situação da saúde pública na Paraíba está se tornando “caso de polícia”. Ele contou que uma das matérias mostrou o Hospital do Trauma, o principal do estado, em situação de calamidade pública.

– Pessoas amontoadas em macas nos corredores, nas rampas, duplicado o número [de pacientes] nas enfermarias. Fora os que não tiveram nem acesso àquela unidade de saúde. Os médicos ameaçando pedir demissão por falta de diálogo com o atual governador – descreveu.

Ele também citou declaração do presidente do Sindicato dos Médicos da Paraíba de que “é o médico quem está decidindo quem vai morrer primeiro”.



Cícero Lucena



Wellington elogiou ministro da Saúde

Wellington pede adoção de cartão unificado do SUS

Wellington Dias (PT-PI) destacou a participação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele relatou os assuntos debatidos na audiência e pediu urgência na implantação do cartão de atendimento unificado do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o senador, o cartão do SUS facilitará o atendimento ao permitir que “o médico saiba de imediato o histórico do paciente”.

Wellington também defendeu a realização de consulta pública sobre um cadastro nacional de atividades ligadas à saúde. Com o cadastro, seria possível conhecer profissionais de saúde e localização de hospitais, por exemplo.

Ana Rita presta homenagem aos trabalhadores

Ana Rita (PT-ES) fez em Plenário uma homenagem ao Dia Internacional do Trabalho (1º de maio), lembrando o histórico de lutas em defesa de seus direitos. A senadora destacou que os trabalhadores e os sindicatos ainda precisam lutar por conquistas como o fim do imposto sindical e a redução da jornada de trabalho.

De acordo com Ana Rita, a redução da jornada permitiria ao trabalhador mais tempo para atividades culturais, cuidados com a saúde e vivência familiar.

Ana Rita pediu atenção especial às mulheres trabalhadoras, com a equidade salarial e o fim da violência. A senadora também disse que as trabalhadoras domésticas precisam ter seus direitos respeitados e ampliados.



Ana Rita defende redução de jornada

Marinor elogia decisão do STF sobre união gay

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) afirmou que a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) de que as uniões entre pessoas do mesmo sexo devem ser equiparadas às uniões heterossexuais facilita a aprovação de leis no mesmo sentido pelo Congresso Nacional.

– É uma vitória histórica. Os homofóbicos, que se escondem atrás da análise de que não havia nenhuma decisão judicial, não terão mais argumentos agora. Terão que mostrar a cara ou respeitar essa parcela significativa da população nos seus direitos. Vai haver uma agilização nos processos de votação no Congresso – previu a senadora.

Marinor esteve no STF, acompanhada da senadora Marta Suplicy (PT-SP), para tratar do tema com os ministros.

Desviar verbas da saúde pode ser crime hediondo

Preocupado com os desvios de recursos e com escândalos de corrupção que desfalcam o orçamento da Saúde, o senador Paulo Davim (PV-RN) anunciou a apresentação de projeto (PLS 224/11) para tornar crime hediondo o que for cometido contra o patrimônio, os bens, os valores e os recursos públicos destinados à saúde.

Para Davim, o país está estarecido e impotente diante de tanto descalabro em relação aos recursos para a saúde pública, que permanece em estado de falência, colocando em risco a vida dos mais pobres, de crianças, idosos e gestantes.

Jayme Campos quer ações contra bullying

O senador Jayme Campos (DEM-MT) propôs, ontem, medidas para minorar o sofrimento de vítimas de *bullying*, a violência física ou verbal cometida contra crianças e jovens nas escolas. Entre elas, está a criação de um *disque-bullying* no Ministério da Educação, por meio do qual alunos, educadores e pais conseguiriam informações sobre o tema.

Em outra proposta, o parlamentar sugere a destinação de 1% das verbas do ministério para a realização de campanhas institucionais contra a prática do *bullying* nas escolas e o “reforço profissional na área psicológica”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Vanessa Graziotin • Vital do Rêgo • Acir Gurgacz • Jayme Campos

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Jayne Campos celebra recriação da Sudeco

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), publicada ontem no *Diário Oficial da União*, foi comemorada por Jayne Campos (DEM-MT).

– Era uma luta nossa de algum tempo já aqui nesta Casa e desta feita a presidente Dilma assinou o decreto criando a Sudeco – disse.

Para o senador, a superintendência é um instrumento importante para planejar a região, permitindo que o Centro-Oeste, “carente de uma instituição como esta, possa, de forma sustentável, buscar o desenvolvimento.



Para senadora, justificativas “não encontram base em fatos reais”

Vanessa condena decisão da OEA sobre hidrelétrica

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) repudiou decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) de solicitar ao governo a suspensão imediata das obras da usina de Belo Monte, ainda em licitação.

A senadora classificou a decisão como “descabida”, uma vez que as justificativas apresentadas “não encontram base em fatos reais”. Vanessa disse que uma das alegações era a falta de consulta aos índios e rebateu afirmando que a legislação obriga a realização de audiências públicas.



Jayne Campos: órgão é importante para planejar e desenvolver a região

Itamar aponta falta de remédio para artrite

O senador Itamar Franco (PPS-MG) relatou ontem a falta no mercado do remédio metotrexato, usado no tratamento da artrite reumatoide.

Citando informações do diretor científico da Sociedade Mineira de Reumatologia, Antônio Scafuto Scotton, o senador disse que a falta do medicamento tem levado os pacientes a migrar para opções que oferecem riscos à saúde.

Ele afirmou que a artrite reumatoide atinge cerca de 1% da população brasileira. As mulheres são as vítimas mais frequentes da doença.

– Inexplicavelmente, o metotrexato não tem sido comercializado normalmente. Os pa-



Segundo Itamar Franco, pacientes migram para opções onerosas

cientes são obrigados a migrar para opções extremamente onerosas, de efeitos colaterais mais severos e, por vezes, até mesmo menos eficazes.

Em aparte, o senador Pedro Taques (PDT-MT) lembrou que no Brasil a saúde é um dos direitos fundamentais protegidos pela Constituição.

Ele disse se associar à luta por “uma vida, uma existência digna não só no sentido moral, como também material, o que significa remédio, tratamento de qualidade”.

Em sua estreia, Ataídes enumera prioridades

Em seu primeiro discurso, o senador Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) citou ontem temas que devem marcar sua atuação na Casa. O suplente de João Ribeiro (PR-TO) disse ser defensor das reformas tributária, previdenciária, fiscal, política e judiciária.

Nascido em Estrela do Norte (GO), o senador afirmou que viveu a infância de maneira simples e “sofrendo os rigores comuns a uma família sem recursos financeiros”. Saiu de casa aos 11 anos à procura de mais oportunidades de estudo e trabalho. Formou-se em Direito e Contabilidade. Ao lado dos dois filhos, comanda o



Saúde, segurança e educação estão entre as preocupações do senador

Grupo Araguaia, que atua em setores como construção civil, concessionárias de automóveis, táxi aéreo e comércio.

Entre os temas que nortearão seu mandato, Ataídes citou a saúde, a segurança pública, a educação, a previdência e a infraestrutura.

– Estou aqui por uma causa maior, em prol do nosso país e, principalmente, do povo do meu estado do Tocantins – declarou.

Restrições feitas em estudo realizado por professores de diversas áreas ao projeto de hidrelétrica no Pará foram apresentadas em debate na Comissão de Direitos Humanos

Especialistas alertam para impactos de Belo Monte

OS IMPACTOS AMBIENTAIS e sociais da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, estariam sendo subestimados. Essa foi a principal crítica dos especialistas que participaram ontem de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As restrições ao empreendimento constam do Painel de Especialistas de Belo Monte, que envolveu 40 professores das áreas de Ciências Humanas, Biológicas e Médicas e Engenharia na avaliação do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA) do projeto.

Segundo a antropóloga Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará (UFPA), as lacunas nas questões ambiental e populacional derivam da insuficiência dos levantamentos realizados. A professora condenou o fato de os estudos governamentais focarem apenas as áreas a serem inundadas pela usina, desconsiderando aquelas afetadas indiretamente.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Celio Bermann chamou a atenção para o risco de inviabilidade econômico-financeira da usina, já que a capacidade máxima de geração de energia (11.233 megawatts) só seria atingida três ou quatro meses por ano. Essa ociosidade foi atribuída ao regime hidrológico da região e inviabilizaria a meta de evitar apagões energéticos do Sudeste.

A construção de Belo Monte já estaria orçada em R\$ 19 bilhões, mas o engenheiro da USP acredita que o montante pode chegar a R\$ 30 bilhões. Como 80% do investimento necessário deverá vir do BNDES, Bermann avalia que a iniciativa privada se recusou a pagar essa conta por não considerar o projeto economicamente viável.



Paulo Paim (C) preside audiência na CDH que ouviu representantes indígenas, da Justiça e do meio acadêmico

Representantes indígenas e da Justiça também são contra usina

Representantes de comunidades indígenas e da Justiça também criticaram, durante a audiência na CDH, a construção da usina de Belo Monte.

A reunião aconteceu a pedido de Marinor Brito (PSOL-PA). A senadora disse que Altamira, a maior cidade afetada, de 100 mil habitantes, sofre “carência dramática de serviços essenciais como saúde, segurança, saneamento e abastecimento”. A situação tende a piorar, explicou, com o fluxo migratório que deve levar mais 100 mil pessoas à região em busca de empregos.

Para o Ministério Público Federal, a construção da usina “está sendo conduzida com a

prática de uma série de ilegalidades”, afirmou Bruno Valente, procurador da República no Pará, informando que foram ajuizadas, desde 2001, dez ações civis públicas contra as obras. Ele e a procuradora de Justiça Maria da Graça Azevedo disseram que Belo Monte não vai gerar a quantidade de energia esperada, e que essa energia poderia ser obtida por meios mais baratos e de menor impacto ambiental e social.

Os líderes indígenas cacique Ozimar Paquicamba e Josinei Terrawangã Arara disseram que as autoridades não sabem o que acontece lá e escondem o que os índios falam.

CMA: João Pedro preside subcomissão sobre Rio+20

Foi instalada ontem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, em alusão ao evento realizado em 1992 no Rio de Janeiro (Eco 92). A Rio+20 ocorrerá de 4 a 6 de junho de 2012, também na capital fluminense.

A subcomissão, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), pretende contribuir para a preparação do evento promovendo debates sobre questões pertinentes à defesa do meio ambiente. João Pedro (PT-AM) foi eleito presidente da subcomissão e Paulo Davim (PV-RN), vice.

Segundo João Pedro, as atividades do novo colegiado serão conduzidas em parceria com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exterio-

res e Defesa Nacional (CRE).

– É evidente que trabalharemos com outras comissões, a fim de otimizar os trabalhos, e tentaremos dar a devida importância para aquilo que conhecemos como economia verde e desenvolvimento sustentável.

Já Davim disse que o colegiado buscará “que o Brasil continue

na vanguarda da legislação ambiental, sem tirar do horizonte o potencial agrícola do país”.

– Não podemos negligenciar a manutenção do nosso ecossistema e do nosso patrimônio natural.

Na semana que vem será apresentado o plano de trabalho e escolhido o relator.



Economia verde vai ser um dos focos, diz Davim (D), ao lado de Rollemberg

VANESSA GRAZZIOTIN

Ao exaltar a participação das mulheres no Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) recordou que a princesa Isabel foi senadora e destacou o avanço da atuação feminina na Casa, com a conquista do cargo de primeira vice-presidente por Marta Suplicy (PT-SP).

MARCELO CRIVELLA

Frequentemente alvos de incompreensões da imprensa e da sociedade, muitos senadores na história pagaram “um preço elevado” por servirem com honradez ao povo, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ), citando, como exemplos, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e José Bonifácio.

WILSON SANTIAGO

É possível recuperar a confiança da população brasileira no Legislativo, acredita Wilson Santiago (PMDB-PB), por meio da transparência e da aproximação com a sociedade, o que trará o reconhecimento da credibilidade do Senado e da contribuição da Casa em favor do povo.

FRANCISCO DORNELLES

O Senado “fortalece e equilibra a nação”, mas precisa reafirmar sua identidade e lembrar sempre a sua missão, no sentido de garantir a unidade nacional, definiu Francisco Dornelles (PP-RJ). Para o parlamentar, o Senado deve fortalecer a estrutura federativa do Estado.

MOZARILDO CAVALCANTI

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o Senado é uma conquista do país e a estrutura federada do Estado brasileiro é cláusula pétrea da Constituição. Ele lembrou que a Casa participou ativamente nos avanços e recuos da marcha histórica que levou o Brasil do escravismo até a democracia atual.

Na sessão comemorativa dos 185 anos da Casa, presidente lembra que manter a integridade territorial do país foi um dos papéis mais importantes. Hoje, recordou, a instituição se moderniza e mantém relevância no cenário democrático

Sarney: Senado foi essencial na construção do Brasil

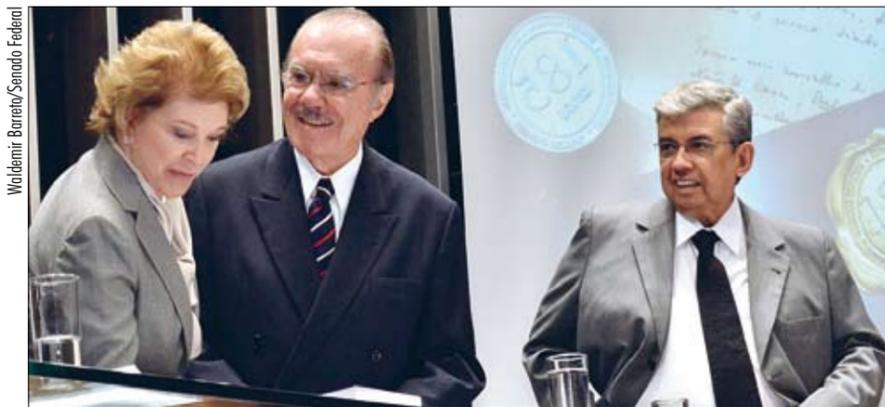
“TODOS NÓS, SOMADOS, somos menores que a instituição Senado.” A afirmação foi feita ontem pelo presidente José Sarney, em discurso na sessão especial pelos 185 anos do Senado, cuja atuação ele classificou como fundamental para a construção do Brasil e a manutenção de sua integridade territorial ao longos desses anos.

Sarney fez um resumo do processo histórico que resultou na criação do Senado e disse que, desde 1826, ano de sua criação, o Senado enfrentou “muitas dificuldades” mas sempre manteve a importância de sua atuação histórica.

O senador destacou ainda o processo de modernização da Casa e o aprimoramento dos

seus canais de comunicação com a sociedade.

O presidente Sarney disse também que todos os brasileiros deveriam ter profunda admiração por esta instituição legislativa, destacando momentos históricos em que o órgão mostrou a sua atuação decisiva, como na aprovação da Lei Áurea.



Marta Suplicy e José Sarney, com o ministro e senador licenciado Garibaldi Alves

Waldemir Barreto/Senado Federal

MARTA SUP LIC Y

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse que a voz “ativa e serena” do Senado sempre se fez ouvir pelo povo, que pode esperar da Casa uma postura alinhada com os interesses do país e da Federação. “Celebramos hoje, aqui e agora, a grandeza da nossa própria Casa”, afirmou.

BENEDITO DE LIRA

Na visão de Benedito de Lira (PP-AL), o Senado sempre foi fiel “ao princípio do respeito à igualdade entre os entes federativos da nação”. Além disso, afirmou o parlamentar, o Senado brasileiro exerce “papel fundamental na consolidação da democracia e na estabilidade das instituições”.

RODRIGO ROLLEMBERG

A importância do Senado como “instância estabilizadora” foi destacada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Para ele, coube ao Senado buscar soluções para diversos conflitos na história: neutralizar revoltas separatistas, debater a Lei Áurea e viabilizar a transição do regime militar na década de 1980.

RANDOLFE RODRIGUES

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que o Senado sempre representou um incômodo para as ditaduras e resistiu a todos os momentos difíceis, pois nele “levantaram-se as vozes da oposição e da necessidade do restabelecimento da ordem democrática”.

A democracia brasileira faz aniversário

No dia 6 de maio, o Senado Federal comemora 185 anos. Desde sua primeira sessão, em 1826, o Senado é palco de debates de ideias e ideais que promovem o equilíbrio federativo, amadurecem o processo democrático e ajudam a transformar o Brasil.

Senado Federal. Há 185 anos ajudando a transformar o Brasil